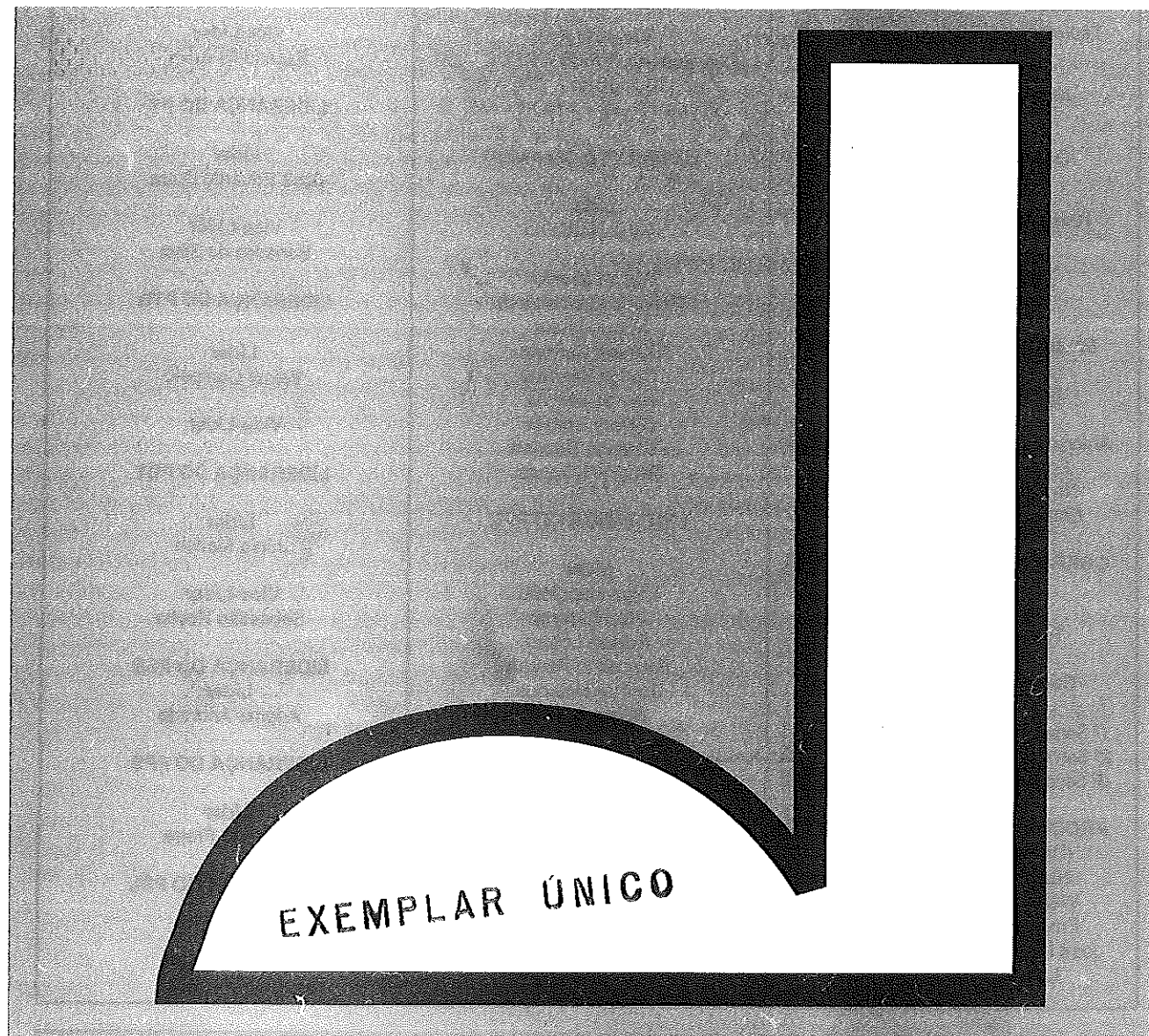


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - Nº 174

QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p><b>MESA</b>  <b>Presidente</b>  José Samey – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b>  Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b>  Júlio Campos – PFL – MT</p> <p><b>1º Secretário</b>  Odacir Soares – PFL – RO</p> <p><b>2º Secretário</b>  Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>3º Secretário</b>  Levy Dias – PPB – MS</p> <p><b>4º Secretário</b>  Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  Antônio Carlos Valadares – PSB – SE  Eduardo Suplicy – PT – SP  Ney Suassuna – PMDB – PB  Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Corregedor</b>  (Eleito em 16-3-95)  Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p><b>Corregedores – Substitutos</b>  (Eleitos em 16-3-95)  1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS  2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE  3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>  (Designação: 16 e 23-11-95)  Nabor Júnior – PMDB – AC  Waldeck Ornelas – PFL – BA  Emília Fernandes – PTB – RS  José Ignácio Ferreira – PSDB – ES  Lauro Campos – PT – DF</p>	<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>  <b>Líder</b>  Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  José Roberto Arruda – PSDB – DF  Wilson Kleinübing – PFL – SC  Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b>  <b>Líder</b>  Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Ronaldo Cunha Lima  Nabor Júnior  Gerson Camata  Carlos Bezerra  Ney Suassuna  Gilvam Borges  Fernando Bezerra  Gilberto Miranda</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b>  <b>Líder</b>  Hugo Napoleão  <b>Vice-Líderes</b>  Edison Lobão  Francelino Pereira  Joel de Holanda  Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b>  <b>Líder</b>  Sérgio Machado  <b>Vice-Líderes</b>  Geraldo Melo  José Ignácio Ferreira  Lúdio Coelho</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PPB</b>  <b>Líder</b>  Epitácio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líder</b>  Esperidião Amin</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b>  <b>Líder</b>  José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líder</b>  Benedita da Silva</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b>  <b>Líder</b>  Valmir Campelo</p> <p><b>Vice-Líder</b>  </p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b>  <b>Líder</b>  Júnia Marise</p> <p><b>Vice-Líder</b>  Sebastião Rocha</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b>  <b>Líder</b>  Ademir Andrade</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS</b>  <b>Líder</b>  Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSL</b>  <b>Líder</b>  Romeu Tuma</p>
---	---	--

<p><b>EXPEDIENTE</b></p>		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA  Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES  Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA  Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA  Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA  Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE  Diretora da Subsecretaria de Tequigrafia</p>	<p><b>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b>  Impresso sob a responsabilidade da  Presidência do Senado Federal  (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 150ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1996

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1996 – Complementar, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que dispõe sobre acréscimos moratórios incidentes sobre os tributos e as contribuições sociais, quando pagos em atraso..... 16252

##### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Repercussão nos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Crítica*, de Manaus, da compra de madeireiras brasileiras por suas congêneres asiáticas, em face dos riscos que podem representar para a floresta amazônica, já que essas empresas devastaram seus países de origem. .... 16253

##### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.515-1, em 12 de setembro de 1996 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que altera o limite de dedução de que trata o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismo de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. .... 16260

##### 1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR CAMPELO – Anúncio do repasse ao consumidor dos custos da CPMF, feito pelo Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, Paulo Afonso Feijó, durante a 30ª Convenção do setor..... 16260

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Conclusão da ponte sobre o rio São Francisco, na BR 135, ligando os Municípios de Januária e Maria da Cruz. .... 16261

SENADOR ODACIR SOARES – Registrando a partida de mais uma caravana, denominada "Expedição Andina", de Rondônia com destino à Bolívia e ao Chile, visando incrementar o comércio através de via bioceânica, transpondo os Andes..... 16262

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador José Ignácio Ferreira, proferidos em sessões extraordinárias, realizadas em 12-9-96..... 16264

#### 3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 145ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 1996, e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente. .... 16266

#### 4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.108 a 1.110, de 1996..... 16266

#### 5 – MESA DIRETORA

#### 6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

## Ata da 150ª Sessão Não Deliberativa em 17 de setembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Valmir Campelo

(Inicia-se a sessão às 14h 30 min)

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - Sobre a mesa, projeto que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Sr. Bernardo Cabral.

É lido o seguinte:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº203 DE 1996 – COMPLEMENTAR

**Dispõe sobre acréscimos moratórios incidentes sobre os tributos e as contribuições sociais, quando pagos em atraso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os tributos e as contribuições sociais arrecadados pela Secretaria da Receita Federal ou qualquer outro órgão da Administração Pública, direta ou indireta, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos a multa de mora de 10% (dez por cento) e a juros moratórios na forma da lei.

§ 1º A multa de mora será reduzida a:

a) 2º (dois por cento), quando o débito for pago até o último dia útil do mês do vencimento;

b) 5% (cinco por cento), quando o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento.

§ 2º A multa de mora incidirá a partir do primeiro dia após o vencimento do débito, e os juros a partir do primeiro dia do mês subsequente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, o art. 84 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

### Justificação

A presente proposição estabelece, para os tributos e contribuições sociais, multa de mora mais adequada à conjuntura econômica atual, caracterizada pela estabilidade da moeda, conquistada com o advento do Plano Real.

Trata-se de extensão da justa redução da multa por atraso de pagamento – de 10% (dez por cento) para 2% (dois por cento) – em contrato de venda de bens e serviços ao consumidor, na forma da Lei nº 9.298, de 1º de agosto de 1996. Ocorre que esta oportuna providência não incluiu as multas de mora no recolhimento de tributos e contribuições em atraso. Verifica-se, portanto, flagrante inadequação perante a lógica e a Teoria do Direito. Tanto mais que, no setor público, as penalidades pecuniárias atingem a faixa de 30% (trinta por cento).

Cristalina parece, portanto, a necessidade de estender às contribuições e tributos o mesmo critério adotado para bens e serviços contratados com a iniciativa privada.

Pelos motivos expostos, e também pela certeza de que atendo a um justo desejo da sociedade brasileira, já extemado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo e pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, apresento este projeto de lei, esperando merecer o apoio dos meus eminentes Pares.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1996. –  
Senador **Bernardo Cabral**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995

**Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.**

Art. 84. Os tributos e contribuições sociais arrecadados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores vierem a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 1995, não pagos nos prazos previstos na legislação tributária serão acrescidos de:

I – juros de mora, equivalentes à taxa média mensal de captação do Tesouro Nacional relativa à Dívida Mobiliária Federal Interna;

II – multa de mora aplicada da seguinte forma:

a) dez por cento, se o pagamento se verificar no próprio mês do vencimento;

b) vinte por cento, quando o pagamento ocorrer no mês seguinte ao do vencimento;

c) trinta por cento, quando o pagamento for efetuado a partir do segundo mês subsequente ao do vencimento.

§ 1º Os juros de mora incidirão a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, e a multa de mora, a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§ 2º O percentual dos juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1%.

§ 3º Em nenhuma hipótese os juros de mora previstos no inciso I, deste artigo, poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, no art. 59 da Lei nº 8.383/91 e art. 3º da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 4º Os juros de mora de que trata o inciso I, deste artigo, serão aplicados também às contribuições sociais arrecadadas pelo INSS e aos débitos para com o patrimônio imobiliário, quando não recolhidos nos prazos previstos na legislação específica.

§ 5º Em relação aos débitos referidos no art. 5º desta lei incidirão, a partir de 1º de janeiro de 1995, juros de mora de um por cento ao mês-calendário ou fração.

§ 6º O disposto no § 2º aplica-se, inclusive, às hipóteses de pagamento parcelado de tributos e contribuições sociais, previstos nesta lei.

§ 7º A secretaria do tesouro Nacional divulgará mensalmente a taxa a que se refere o inciso I deste artigo.

#### LEI Nº 9.065, DE 20 DE JUNHO DE 1995

**Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.981(1), de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.**

Art. 13. A partir de 1º de abril de 1995, os juros de que tratam a alínea c, do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994 com a redação dada pelo art. 6º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, e pelo art. 90 da Lei nº 8.981/95, o art. 84, inciso I, e o art. 91, parágrafo único alínea a.2, da Lei nº 8.981/95, serão equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente.

*(À Comissão de Assuntos Econômicos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço a saudação apenas a V. Exª por motivos óbvios.

Falava, ontem, e até pode parecer uma insistência, mais do que repetitiva, sobre o problema das madeiras no meu Estado. Quando daqui fiz a denúncia, amparado numa veiculação da Internet, apenas o **Jornal do Senado** e a **TV Senado** deram a repercussão que o assunto merecia. Os comentários ficaram reduzidos ao Plenário e ao conhecimento dos Srs. Senadores e, de uma hora para outra, a população acordou.

Talvez por uma coincidência, um jornal de ampla circulação no Sul do País e o de maior circulação no meu Estado, a **Folha de S.Paulo** e **A Crítica** respectivamente, dão manchetes quase que iguais. Manchete da **Folha de S.Paulo**: "Asiáticos buscam domínio na Amazônia". Manchete de **A Crítica**: "Madeiras asiáticas já estão chegando". E o subtítulo: "Grupos madeireiros da Ásia fincam os pés na Amazônia. No porto de Manaus, tratores que vão rebocar as toras de madeiras aguardam liberação".

Quero destacar alguns pontos das duas publicações, mas requeiro, de logo, a V. Exª que faça determinar a transcrição, para constar de meu discurso e figurar nos Anais da Casa.

Começo pelo jornal **A Crítica**, cujo texto é o seguinte:

"Madeiras asiáticas estão comprando duas empresas brasileiras do setor e devem iniciar investimentos para dominar o mercado. A malasiana WTK comprou, em janeiro, por US\$7 milhões, a Amaplac do Amazonas. A chinesa Tianjin Fortune Tiber adquiriu a Compensa, no Amazonas. Além disso, a WTK comprou uma área de 300 mil hectares, na região do rio Juruá, por cerca de US\$2,4 milhões. A WTK Group e a Samling Strategio Corporation já teriam alocado recursos no valor de US\$500 milhões dentro do projeto de exploração florestal na Amazônia."

Chamo a atenção de V. Exª, Sr. Presidente, e do eminente Senador Lauro Campos, que me honram com suas audiências: são US\$500 milhões, meio bilhão de dólares!

Continua o texto:

"O norte-americano Richard Bruce consultor florestal da WTK estima que de-

vem ser explorados 205 mil hectares, seguindo um plano de Manejo Florestal exigido pela legislação brasileira. Segundo dados do Ibama, (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis), esse será o maior plano de manejo implantado no Estado do Amazonas. Até então o maior era de 50 mil hectares."

Veja bem V. Ex<sup>a</sup>, 205 mil hectares para 50 mil hectares anteriormente.

Aqui quero chamar a atenção:

"A exploração dessa área permitirá a extração de 200 mil metros cúbicos de madeira por ano. Este valor colocará a Amapac como líder de mercado no Estado, ao lado da alemã Gethal. A diferença é que a Gethal não extrai toda a madeira que beneficia comprando parte dela de terceiros.

De acordo com Tu Tuang Hing, gerente-geral da Amapac, a madeira deverá ser beneficiada em placas de compensado, destinada ao mercado dos Estados Unidos e Europa."

Agora vem o grande esclarecimento:

"Segundo Bruce, a madeira atinge até R\$50,00 por metro cúbico no mercado nacional, mas pode valer até US\$400 por metro cúbico no exterior. Hoje a empresa beneficia apenas 24 mil metros cúbicos de madeira por ano. A madeira é toda comprada de terceiros."

Ora, Sr. Presidente, R\$50,00 por um metro cúbico aqui, no Brasil, e vendido, lá fora, por US\$400, há simplesmente um acréscimo de US\$350 por metro cúbico. Agora, se vão explorar 250 mil hectares - vejam V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e o eminente Senador - o lucro que está por trás disso.

Sr. Presidente, vamos ouvir, agora, o que diz o Superintendente do Ibama no Amazonas, Sr. Hamilton Casara.

"A WTK esconde outras intenções atrás de projetos legais. Em maio, o Ibama realizou uma vistoria na empresa e a multou em R\$70 mil por ter encontrado madeira de origem ilegal." Ainda o mesmo Superintendente "o equipamento que está sendo importado pela WTK permitirá o beneficiamento de toda a madeira que ela puder extrair ou comprar." Ele aponta, por exemplo, modernos tratores importados pela empresa

que aguarda a liberação da Receita Federal no porto de Manaus.

Segundo funcionários do porto, dois tratores já foram liberados e outros três aguardam a liberação. Ao todo, segundo Casara, serão cerca de 100 máquinas."

Sr. Presidente, há uma fotografia, mostrando toras de madeira, e o seguinte texto:

"Toras de madeiras no rio Solimões, prontas para serem levadas às serrarias e um dos tratores das empresas asiáticas que aguardam, no porto de Manaus, a liberação da Receita Federal, para iniciar o trabalho em solo amazonense."

Sr. Presidente, há uma colocação aqui que, em linguagem jornalística, se chama de **box**. Nesse **box** vem o seguinte título: "WWF condena atuação dos asiáticos", cujo texto é:

"As madeiras asiáticas chegam ao Brasil deixando atrás de si um rastro de destruição pelo mundo. Essa informação consta de um dossiê elaborado pela ONG WWF. A destruição causada pelas madeiras asiáticas teve início em seus países de origem. As madeiras WTK e Samling que agora se instalaram no Brasil estão entre as responsáveis pela devastação de mais 15 milhões de hectares/ano na região de Sarawak, na Malásia.

Veja só, Sr. Presidente, devastação de mais de 15 milhões de hectares. Agora, vem o Sr. Paulo Lira da WWF, da ONG referida, e declara o seguinte:

"A previsão é de que toda a floresta tropical da Malásia esteja destruída dentro de 10 anos. Com a diminuição de seus estoques, essas madeiras procuram outros países para explorar. Segundo o WWF, elas hoje têm concessões para explorar florestas no Camboja, Romênia, África Ocidental e mais recentemente na África Central e Guianas. A floresta amazônica é o próximo passo dos asiáticos que usam tecnologias de ponta na extração, com tratores articulados e helicópteros.

De acordo com o relatório do WWF, países da África Ocidental como a Nigéria, Gana e Costa do Marfim já estão deixando de ser exportadores de madeira pelo esgotamento de seus recursos. Ao lado das madeiras da Malásia estão outras da Coreia

do Sul e China. Para o Presidente do Ibama, Eduardo Martins, a presença dos asiáticos no Brasil ainda é modesta. Ele acredita que eles estejam querendo sinalizar para o seus consumidores que já dispõem do maior estoque do mundo. A Amazônia possui hoje um terço de todo o estoque de madeira existente no Planeta."

**O Sr. Lauro Campos** - Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Com muito prazer, Senador Lauro Campos. Aliás, V. Exª muito me honra com essa intervenção.

**O Sr. Lauro Campos** - Muito obrigado. Nobre Senador Bernardo Cabral, não apenas por ser representante do Amazonas, mas também por ser o representante dos mais legítimos interesses, dos valores da sociedade, V. Exª vem trazer a nossa preocupação, reavivando a nossa consciência a respeito da seriedade desse problema.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Muito obrigado a V. Exª.

**O Sr. Lauro Campos** - V. Exª é testemunha mais próxima do que eu. Mas testemunhei também quando Minas Gerais possuía grandes reservas florestais, entre elas a do Vale do Rio Doce, que nos anos 40 e 50 foram completamente dizimadas por esta devastação. Lá, na cidade que ali se ergueu, antiga Figueira e, há muito anos, Governador Valadares, o desmatamento, a ambição, a cobiça, **auri sacra famis**, essa fome sagrada do dinheiro rompeu o equilíbrio ecológico. E costume dizer para alguns parentes meus que moram em Governador Valadares, que não são daqueles que tiveram de fugir para os Estados Unidos, ainda, que estão ali sobrevivendo, que eles pagaram um preço muito elevado. O calor, aquela região em destino inexorável para desertificação, para o empobrecimento do solo e os jacarandás que dali foram arrancados hoje nos trazem saudade e, obviamente, tal como aconteceu com várias espécies de árvores no Brasil foram praticamente dizimadas. Agora, com mais eficiência, com mais modernidade, com mais capital e com a complacência das autoridades, ficam apenas algumas ONGs e algumas sentinelas dos interesses maiores, como V. Exª acaba de demonstrar através do seu pronunciamento, como tentativa de defender esse processo devastador. Penso que é chegada a hora de recuperarmos um pouco a consciência que anda adormecida neste País, despertarmos a consciência para o que está acontecendo já há bastante tempo e que se afirma cada vez mais num grau maior de devas-

tação e destruição. Essas empresas que já acabaram com as reservas florestais da Malásia e de outras partes do mundo se dirigem agora para o "pulmão do mundo", a Amazônia. Se não houver consciência organizada, se não houver vontade de luta para pôr cobro a este processo, obviamente, a Amazônia terá o mesmo fim que tiveram estas áreas que foram atacadas por esta insana vontade de colocar o lucro rápido acima de qualquer valor ético e humano. Muito obrigado.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Senador Lauro Campos, diz V. Exª bem e com precisão de que é preciso a consciência organizada. Quinhentos milhões de dólares, meio bilhão de dólares, é uma quantia que ninguém investe para proteger a Amazônia. Só os que dormem na tolice, na equidistância e na indiferença é que podem imaginar que nós aqui estamos pregando no deserto. Deserto será daqui a pouco a Floresta Amazônica, como V. Exª bem acentuou, pela falta de cuidado no passado que houve com o seu Estado.

Tenho reclamado, vou reclamar, sei que corro risco, que estou mexendo num vespeiro mas não vou silenciar.

Não vou silenciar, nobre Senador Lauro Campos, evidente que na hora em que agradeço a interferência de V. Exª, mas quero mostrar mais uma circunstância do chamado Plano do Manejo Florestal.

Diz-se sempre que essas madeiras irão reflorestar, será feito o reflorestamento, o remanejamento e não haverá prejuízo.

Veja o que diz o texto:

"O Plano de Manejo Florestal é uma exigência legal para que alguém possa extrair madeira. A legislação vigente prevê que a área de onde será extraída a madeira deve ser dividida em 25 partes. Cada parte deve ser explorada durante um ano, mas também não pode ser devastada. Depois de explorada cada parte ficará intocada durante 24 anos para que seja naturalmente reflorestada. Antes de iniciar a exploração, o produtor deve aprovar o Plano junto ao Ibama."

Antes de ir adiante, lembro o que aqui disse e que foi registrado em determinada publicação, de que não nos esquecêssemos que essas madeiras tinham entrado no Brasil pela via oblíqua da compra de controle acionário ou societário de empresas que estavam ou à beira da falência ou já em estado de insolvência e, portanto, em dificuldade de se manterem.

Ora, vamos ver se esse plano já foi aprovado junto ao Ibama. Continua a notícia, e aí está a resposta:

"O Ibama iniciou este ano uma auditoria nos planos de manejo praticados no País. Foram encontradas irregularidades em 63,3% dos 1.700 planos avaliados até agora. Foram suspensos 424 planos por apresentarem irregularidades. Outros 257 foram cancelados pelo Ibama por não estarem sendo cumpridos.

Para Paulo Lira, da ONG WWF, esses dados demonstram, segundo ele, que os planos em terra firme como planejado pela WTK - aquela malásiana - também são os mais destrutíveis.

Atualmente, a maior parte das madeireiras do Amazonas exploram madeira em área de várzea. No período de cheia do rios, os troncos cortados bóiam e podem ser retirados; em terra firme, a retirada é feita por tratores que acabam derrubando outras árvores que não serão usadas.

Aqui chamo a atenção, Sr. Presidente, para aquela fotografia que nos mostra, através de uma crítica maior, tratores que vão rebocar madeira e que estão esperando liberação da Receita Federal no Porto de Manaus.

Este é um jomal da minha terra que lá está, e se poderia dizer que talvez fosse apenas um problema local. Entretanto, a **Folha de S. Paulo** mostra também um trator importado pela madeireira malásiana TKV que está aguardando a liberação no Porto de Manaus. Traz alguns títulos, onde se lêem: "Exploração deixa rastro de devastações"; "Planos de manejo não são respeitados"; "Asiáticos buscam domínio na Amazônia".

Com isso, Sr. Presidente, o que se vê são ambientalistas acusarem essas empresas de destruírem florestas no sudeste asiático; vê-se que não ecoam as suas denúncias; Vêem-se alguns poucos parlamentares molestados por terem dentro do nosso País circunstâncias completamente desfavoráveis à nossa grandeza.

Eu tinha imaginado e colocado no papel, Sr. Presidente, como amazonense, há algum tempo, idéias sobre algumas iniciativas que, aliás, agora já vêm sendo tomadas no sentido do desenvolvimento sustentável da Amazônia. V. Ex<sup>a</sup> me honrou com a sua presença quando do lançamento do livro que, com minha equipe, tive a felicidade de publicar, falando do papel das hidrovias no desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, sobretudo da região da Amazônia brasileira. Vou ler, Sr. Presidente,

o que é de nossa autoria, para ficar registrado junto com a matéria que disse, compromisso que assumi no dia de ontem, para que não se diga que fica apenas na denúncia pura e simples, apresentado o diagnóstico sem a terapêutica. Digo eu:

"Um exemplo auspicioso de projeto que harmoniza preservação ambiental, atividade econômica e justiça social é o de uma reforma agrária ecológica que destinará, até o ano 2000, 50 milhões de hectares ao assentamento de 100 mil famílias dedicadas às atividades extrativistas. Isso representa uma guinada em relação à tendência de somente se pensar em reforma agrária para assentamento de colônias agrícolas e, ao mesmo tempo, uma forma de se respeitar a floresta e a cultura de seus habitantes, que poderão exercer suas atividades tradicionais, notáveis por seu caráter auto-renovável e não-predador. Ocupando em média 500 hectares, cada família será capaz de se sustentar com a exploração da borracha e da castanha-do-Pará e com o corte seletivo da madeira, sem causar dano ao ambiente."

Posso falar *ex cathedra*, porque fui moleque criado desde os dez anos conhecendo exatamente esse tipo de região, onde sempre se respeitou a floresta e a cultura daqueles que a habitam.

Volto à tônica dos assentamentos que comentava ainda há pouco, de colônias agrícolas:

"Esses assentamentos, além de conferirem ao caboclo da Amazônia a possibilidade de manter, em sua própria terra, uma atividade econômica que o sustente, permitirão que se desafoguem cidades do norte do Brasil, cujas periferias se favelizam hoje com a migração das famílias extrativistas que vêm abandonando a floresta, expulsas pelos conflitos de terra e pela degradação ambiental de algumas partes da região.

No que diz respeito às atividades produtivas de maior porte, gostaria de destacar os três setores que vêm se tornando os mais importantes da pauta de exportações da Amazônia: a mineração, a agropecuária e a indústria da Zona Franca de Manaus. Cada um por seu lado, esses setores têm contribuído decisivamente para inserir a região no mercado mundial, debelando, assim, o marasmo em que ela se encontrava desde

o fim do ciclo da borracha, no início deste século."

Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, no início do século, o Amazonas contribuía com 51% do Orçamento da Nação. Era simples, Sr. Presidente, porque um quilo de borracha custava 15 libras esterlinas de ouro; com o *débâcle*, houve certa inversão: compravam-se 15 quilos de borracha com uma libra esterlina.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que digo que temos que combater esse marasmo.

"A mineração é hoje responsável por cerca de dois terços do valor das exportações amazônicas. Para se ter uma medida do relevo que a mineração tem hoje na economia da região, basta dizer que, entre 1994 e 1995, as exportações da região cresceram 13%, enquanto o aumento das exportações atingia 22%. Os principais produtos embarcados são o minério de ferro, a bauxita, o alumínio, o manganês e o caulim.

A atividade agropecuária é o segundo item da pauta de exportações da Amazônia. A exportação de grãos, especialmente soja, tem crescido extraordinariamente, com a quebra sucessiva de recordes de produtividade em Mato Grosso e a expansão da área cultivada ao Maranhão e Rondônia.

A Zona Franca de Manaus, por último, constitui um exemplo de programa desenvolvimentista bem-sucedido. Depois de quase 30 anos de sua instalação, a indústria da Zona Franca é responsável pela elevação do nível de vida da população de Manaus e do Estado do Amazonas em geral. Tanto isso é verdade que, no recente relatório da Nações Unidas sobre qualidade de vida, os amazonenses figuraram com índices muito superiores aos dos outros Estados da região, sendo superados somente pelos habitantes do Distrito Federal - tão bem representado por V. Ex<sup>as</sup>, Senador Lauro Campos e Senador Valmir Campelo, que preside esta sessão - e das Unidades Federadas mais ricas das Regiões Sudeste e Sul. É relevante, ainda, destacar o papel da Zona Franca na arrecadação tributária nos três níveis de Governo, tendo sido responsável pelo recolhimento, no ano passado, de mais de US\$2 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais."

Apesar desse recolhimento, o Governo Federal não dá ao meu Estado o tratamento que deveria receber.

"Gostaria de finalizar minha apresentação aqui, Sr. Presidente, com a projeção para o futuro de um velho sonho amazônico e brasileiro: o da integração das grandes bacias hidrográficas do subcontinente sul-americano. Nenhuma época seria mais adequada para a retomada e para a realização desse sonho do que esse momento histórico em que nossas nações estreitam relações na grande zona de integração econômica de que o Mercosul constitui apenas um começo. Se interligarmos as Bacias do Prata e do Amazonas, a maior parte da produção sul-americana poderá ser escoada pelo menos custoso dos meios de transporte; se, adicionalmente, interligarmos as Bacias do Amazonas e do Orinoco, estaremos disponibilizando um grande corredor que ligará Buenos Aires ao Caribe, trazendo a completa integração comercial a todo o povo ibero-americano.

Segundo autoridades técnicas internacionais, a interligação das Bacias do Amazonas e do Prata é o próximo projeto lógico de desenvolvimento de bacias fluviais do mundo, não existindo qualquer impedimento insuperável de engenharia para a sua realização.

Vencer a estagnação econômica ou a miséria não é um dilema. Pelo contrário: é da pobreza que provém a maior ameaça ao ambiente, porque ela toma a mera sobrevivência a única moral. Com um plano consistente de desenvolvimento sustentado, poderemos superar os dois problemas, ultrapassando as dicotomias a eles associadas e fazer da Amazônia o Eldorado imaginado pelos primeiros colonizadores.

E quando falo, Sr. Presidente, para terminar, que vencer a estagnação econômica ou a miséria não é um dilema, é porque estamos notando que é a pobreza que permite às empresas madeireiras asiáticas invadirem a Amazônia, porque a sobrevivência, para os que lá estão, é a única moral. O pobre que está ali e que precisa de amparo, que precisa de capital não se dá conta de que ele pode estar sofrendo aquilo que o nosso grande Rui Barbosa dizia: "Acautelamos - na sua 'Oração aos Moços' - da proteção internacional. O Brasil é uma coíça fácil àqueles que vêm de fora; sem se esquecer de uma coisa: a nossa soberania será respeitada." Pelo menos, Sr. Presidente, enquanto ficarmos, Senadores, como estamos aqui hoje, atentos a esse problema.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. BERNARDO CABRAL EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

# Madeireiras aguardam liberação de tratores

*Pelo menos dois tratores de grupos madeireiros asiáticos aguardam no Porto de Manaus a liberação da Receita Federal para entrar em operação*

MANAUS (AF) — Madeireiras asiáticas estão comprando duas empresas brasileiras do setor e devem iniciar investimentos para dominar o mercado. A malásiana WTK comprou em janeiro, por US\$ 7 milhões, a Amaplac do Amazonas. A chinesa Tianjin Fortune Tiber adquiriu a Compensa, no Amazonas. Além disso, a WTK comprou uma área de 300 mil hectares na região do rio Juruá por cerca US\$ 2,4 milhões. A WTK Group e a Samling Strategic Corporation já teriam alocado recursos no valor de US\$ 500 milhões dentro do projeto de exploração florestal na Amazônia.

O norte-americano Richard Bruce, consultor florestal da WTK, estima que devem ser explorados 205 mil hectares, seguindo um plano de Manejo Florestal exigido pela legislação brasileira. Segundo dados do Ibama (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis) este será o maior plano de manejo já implantado no Estado do Amazonas. Até então, o maior era de 50 mil hectares.

A exploração dessa área permitirá a extração de 200 mil metros cúbicos de madeira por ano. Este valor colocará a Amaplac como líder de mercado no Estado, ao lado da alemã Gethal. A diferença é que a Gethal não extrai toda a madeira que beneficia comprando parte dela de terceiros.

De acordo com Tu Tuang Hing, gerente-geral da Amaplac, a madeira deverá ser beneficiada em placas de compensado destinadas aos mercados dos Estados Unidos e da Europa.

Segundo Bruce, a madeira atinge

até R\$ 50,00 por metro cúbico no mercado nacional, mais pode valer até US\$ 400 por metro cúbico no exterior. Hoje a empresa beneficia apenas 24 mil metros cúbicos de madeira por ano. A madeira é toda comprada de terceiros. "Nosso equipamento é obsoleto e precisa ser modernizado para aguentar a produção", explica Hing.

De acordo com ele, novos equipamentos estão sendo importados e, quando em operação, vão possibilitar de imediato o beneficiamento de 50 mil metros cúbicos por ano.

Escondendo o jogo — Para o superintendente do Ibama no Amazonas,

Hamilton Casara, a WTK esconde outras intenções atrás de projetos legais. Em maio, o Ibama realizou uma vistoria na empresa e a multou em R\$ 70 mil, por ter encontrado madeira de origem ilegal.

Casara disse ter informações de que "o equipamento que está sendo importado pela WTK permitirá o beneficiamento de toda a

madeira que ela puder extrair ou comprar". Ele aponta por exemplo modernos tratores importados pela empresa que aguardam a liberação da Receita Federal, no Porto de Manaus.

Segundo funcionários do Porto, dois tratores já foram liberados e outros três aguardam a liberação. Ao todo, segundo Casara, serão cerca de 100 máquinas.

Hing não revela quantos tratores a empresa trará ao País. Bruce afirma que para a realização do plano de manejo serão necessárias apenas 10 máquinas.

cancelados pelo Ibama por não estarem sendo cumpridos.

Para Paulo Lira, da ONG WWF (Fundo Mundial para a Natureza) esses dados demonstram que os planos em terra firme, como o planejado pela WTK, também são os mais destrutíveis. Atualmente, a maior parte das madeireiras do Amazonas explora madeira em área de várzea. No período de cheia dos rios, os troncos cortados boiam e podem ser retirados. Na terra firme, a retirada é feita por tratores que acabam derrubando outras árvores que não serão usadas.

## WWF condena atuação dos asiáticos

As madeireiras asiáticas chegam ao Brasil deixando atrás de si um rastro de destruição pelo mundo. Essa informação consta de um dossiê elaborado pela ONG WWF. A destruição causada pelas madeireiras asiáticas teve início em seus países de origem. As madeireiras WTK e Samling que agora se instalaram no Brasil estão entre as responsáveis pela devastação de mais de 15 milhões de hectares/ano na região de Sarawak, na Malásia.

"A previsão é de que toda a floresta tropical da Malásia esteja destruída dentro de 10 anos", diz Paulo Lira, da WWF. Com a diminuição de seus estoques, essas madeireiras procuram outros países para explorar. Segundo a WWF, elas tem hoje concessões para explorar florestas na Camboja, Romênia, África Ocidental e mais recentemente na África Central e Guianas. A floresta amazônica é o próximo passo dos asiáticos que usam tecnologia de ponta na extração, com tratores articulados e helicópteros.

De acordo com o relatório da WWF, países da África Ocidental, como Nigéria, Gana e Costa do Marfim já estão deixando de ser exportadores de madeira pelo esgotamento de seus recursos. Ao lado das madeireiras da Malásia, estão outras da Coreia do Sul e China. Para o presidente do Ibama, Eduardo Martins, a presença dos asiáticos no Brasil ainda é modesta. Martins diz acreditar que eles estejam querendo sinalizar para os seus consumidores que já dispõe do maior estoque do mundo. A Amazônia possui, hoje, 1/3 de todo o estoque de madeira existente no planeta.

Martins disse que o Ibama não permitirá que as madeireiras façam no País o que fizeram em outros locais. "Elas serão rigorosamente fiscalizadas", afirmou. Tu Tuang Hing, da Amaplac, diz ser fantasia de ambientalista a afirmação de que as florestas da Malásia foram devastadas. "Nosso país ainda é 70% coberto por florestas virtuais", afirmou.

**7 milhões de dólares foi o preço que a malásiana WTK pagou pela Amaplac**

## Malária dos planos está irregular

O Plano de Manejo Florestal é uma exigência legal para que alguém possa extrair madeira. A legislação vigente prevê que a área de onde será extraída a madeira deve ser dividida em 25 partes. Cada parte deve ser explorada durante um ano, mas também não pode ser devastada. Deposi e explorada, cada parte ficará intocada durante 24 anos para que seja naturalmente reflorestada.

Antes de iniciar a exploração o produtor deve aprovar o plano junto ao Ibama.

O Ibama iniciou este ano uma auditoria nos planos de manejo praticados no País. Foram encontradas irregularidades em 63,3% dos 1.077 planos avaliados até agora. Foram suspensos 424 planos (39,4%) por apresentarem irregularidades, outros 257 (23,9%) foram

MADEIREIRAS Empresas já investiram US\$ 500 mi na região este ano; companhias são multadas por exploração ilegal

# Asiáticos buscam domínio na Amazônia

ANDRÉ MUGGIATI

da Agência Folha, em Manaus

ABNOR GONDIM

da Sucursal de Brasília

Madeireiras asiáticas adquiriram pelo menos duas empresas brasileiras do setor na Amazônia neste ano e devem iniciar investimentos para dominar o mercado local.

Pedro Benincá de Salles, diretor do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), estima que as madeireiras já investiram US\$ 500 milhões na Amazônia em 96.

Essas madeireiras estrangeiras são acusadas por ambientalistas de destruir florestas do Sudeste Asiático e em mais 20 países de zonas tropicais.

Em janeiro, a empresa malasiana WTK comprou a Amaplac, do Amazonas, por US\$ 7 milhões. Ela também adquiriu uma área de 300 mil hectares (mais de duas vezes a área do município de São Paulo) próxima ao rio Juruá (leste do Amazonas), por cerca de US\$ 2,4 milhões.

A chinesa Tianjin Fortune Timber adquiriu a Compensa, também do Amazonas. Outra madeireira malasiana, a Samling Strategic Corporation, já teria transferido US\$ 320 milhões para o Brasil, de janeiro a junho. Segundo o Ibama, a Samling estaria negociando a compra da Amacol, do Pará.

O diretor-financeiro da Amacol, Ademar Terra, porém, nega que a empresa tenha sido comprada pela Samling. Mas ele confirma que empresários asiáticos estão adquirindo terras próximas ao rio Anapu (PA) e outras madeireiras. "A nossa não foi vendida", disse.

Segundo o americano Richard Bruce, consultor florestal da WTK, deverão ser explorados 205 mil hectares, seguindo um plano de manejo florestal exigido pela legislação brasileira.

Segundo dados do Ibama, será o maior plano de manejo florestal já implantado no Estado. O maior, até então, referia-se a uma área de 50 mil hectares. A exploração dessa área permitirá à empresa a extração de 200 mil metros cúbicos de madeira por ano.

Esse valor colocará a Amaplac como líder de mercado no Amazonas, ao lado da alemã Gethal. A diferença é que a Gethal não extrai toda a madeira que beneficia, comprando parte dela de terceiros.

Hoje a empresa beneficia apenas 24 mil metros cúbicos de madeira por ano. A madeira é toda comprada de terceiros.

Para o superintendente do Ibama no Amazonas, Hamilton Casara, a WTK esconde outras intenções atrás dos projetos legais.

Em maio, o Ibama realizou uma vistoria na empresa e multou-a em R\$ 70 mil, por ter encontrado madeira de origem ilegal.

Casara diz suspeitar que "o equipamento que está sendo importado pela WTK permitirá a exploração de toda madeira que ela puder extrair ou comprar".

Ele aponta, por exemplo, modernos tratores importados pela empresa que aguardam a liberação da Receita no porto de Manaus.

Segundo funcionários do porto, dois tratores já foram liberados e outros três aguardam a liberação.

Ao todo, segundo Casara, serão cerca de cem máquinas. Bruce, porém, afirma que serão necessárias apenas dez máquinas para a

realização do plano de manejo.

Casara diz que o plano de manejo deverá ser fiscalizado pelo Ibama, para que seja cumprido: "Os planos de manejo da maioria das empresas, hoje, são uma ficção."

Segundo Pedro Salles, do Ibama, os malasianos devem investir pesado em maquinário para aumentar a produção das empresas adquiridas. "O acesso das madeireiras asiáticas aos recursos florestais será feito por meio de 'contratos de gaveta' com os proprietários de terras", prevê Salles.

Com esses "contratos", o diretor do Ibama desconfia que asiáticos vão fazer exploração clandestina em terras alugadas que não contam com plano de manejo florestal exigido pela legislação.

Na sua avaliação, os asiáticos devem fazer exploração ilegal porque as madeireiras que adquiriram não têm estoque de terras compatível com seus investimentos.

O cadastro do Incra sobre propriedades rurais aponta que as três madeireiras compradas têm apenas 33,1 mil hectares. As 372 madeireiras instaladas na Amazônia controlam 1,6 milhão de hectares, segundo os planos de manejo apresentados ao Ibama.

A preocupação do órgão é saber quanto os malasianos pretendem extrair com investimentos de cerca de US\$ 500 milhões. Esse valor é bastante expressivo para o setor. Supera em quase um terço os US\$ 385 milhões obtidos em 1995 com a exportação de mogno, a madeira nobre mais cobiçada da região.

Segundo o Ibama, estrangeiros só podem possuir terras de 3.500 a 7.000 hectares com autorização presidencial. Acima disso, o Congresso deve autorizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - A Presidência indaga do nobre Senador Lauro Campos se S. Ex<sup>a</sup> deseja usar da palavra.

**O SR. LAURO CAMPOS** - Agradeço, Sr. Presidente, mas aguardarei outra oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.515-1, adotada em 12 de setembro de 1996 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que "altera o limite de dedução de que trata o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares		Suplentes
Jader Barbalho	PMDB	Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PFL	
Bello Parga		Júlio Campos
José Bianco		Waldeck Ornelas
	PSDB	
Artur da Távola		Jefferson Péres
	PTB	
Regina Assumpção		Valmir Campelo
	PSB	
Ademir Andrade		Antônio Carlos Valadares

#### DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)	
Afonso Camargo		Arolde de Oliveira
Álvaro Gaudêncio Neto		Antônio Joaquim Araújo
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Marcelo Teixeira		Confúcio Moura
	Bloco (PPB/PL)	
Odelmo Leão		Gerson Peres
	PSDB	
Alexandre Santos		Emanuel Fernandes
	PV	
Fernando Gabeira		
	PMN	
Bosco França		

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 17-9-96- designação da Comissão Mista  
Dia 18-9-96- instalação da Comissão Mista

Até 18-9-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 27-9-96 - prazo final da Comissão Mista

Até 12-10-96- prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - Os Srs. Senadores Valmir Campelo, Francelino Pereira e Odacir Soares enviaram discursos à Mesa, para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS, Paulo Afonso Feijó, anunciou ontem, no Rio de Janeiro, durante a 30ª convenção do setor, que os supermercados de todo o País vão repassar para o consumidor os valores da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, tão logo entre em vigor esse tributo transitório, em janeiro do próximo ano.

Segundo o representante dos supermercadistas, "a CPMF vai representar o confisco de 10% do faturamento do setor, caso os fornecedores a repassem aos seus preços".

A estimativa do Presidente da Abras é de que a cobrança da CPMF implicará num aumento mínimo de 0,33% sobre os preços finais dos produtos. Caso haja repasse por parte dos fornecedores, esse aumento chegará à casa de 1%.

Qualquer brasileiro sabe que aumento de preço significa, inevitavelmente, aumento de inflação.

O aumento de preços de produtos alimentícios, sem os quais ninguém pode passar - ou seja, produtos que não podem ser substituídos ou suprimidos da despensa familiar -, vai atingir, sem qualquer sombra de dúvidas, as camadas menos favorecidas da população: os pobres.

É uma constatação elementar, Srs. Senadores, perfeitamente compreensível para o cidadão médio, sem necessidade de recorrermos aos iluminados com doutorado em Harvard.

A equação é muito simples: aumento de preços é igual à inflação. Com inflação, quem perde é o pobre, que não pode especular no mercado financeiro, porque não tem dinheiro para isso.

Mas essa simplicidade está longe do alcance dos técnicos do Ministério da Fazenda, todos eles absorvidos em cálculos e tabelas que situam a Economia numa esfera supra-humana, fora da compreensão do comum dos mortais, num plano literalmente "cabalístico".

Para aquelas autoridades econômicas, não há motivo para alarde, pois elas não acreditam no repasse integral da CPMF, em virtude da fortíssima concorrência verificada hoje entre as redes de supermercados.

Com efeito, Sr. Presidente, os supermercados estão numa fase extraordinária, com as vendas batendo todos os recordes. Jamais venderam tanto como atualmente. Proliferam, nas diversas redes de supermercados, as promoções, os sorteios de brindes, tudo no intuito de atrair mais consumidores, que estão comprando como nunca.

Dados da própria Associação Brasileira de Supermercados dão conta de que as vendas do setor subiram 8,14% em agosto, em relação ao mesmo mês no ano passado, representando um crescimento de 4,86%, já descontada a inflação de julho. O faturamento anual dos supermercados brasileiros atinge a cifra dos 45 bilhões de reais.

A euforia dos supermercadistas é muito grande e há razões para isso, como demonstram os números que acabo de declinar.

Os donos de supermercados sequer cogitam da possibilidade de reduzir a sua margem de lucro, absorvendo parte do impacto que irá causar a CPMF. Para eles, isso é inconcebível.

Na verdade, os supermercadistas advogam a total abertura da economia, de forma que possam importar o que desejarem para forçar a estabilidade dos preços, sem se preocuparem com a falência das empresas nacionais, que não podem vender abaixo do custo de produção, como fazem as empresas estrangeiras, pródigas na prática do famoso "dumping".

Causou-me estranheza a indiferença, o pouco caso que as nossas autoridades econômicas deram a essa real ameaça de escalada de preços dos produtos vendidos em supermercados.

O controle da inflação e a estabilidade monetária, a meu ver, demandam um permanente exercício de vigilância.

A sociedade brasileira, mormente os segmentos menos privilegiados da nossa população, tem conseguido, depois de longos e tenebrosos anos de inflação galopante, respirar aliviada e suprir, pelo menos, as suas necessidades básicas de alimentação. Seria o caos completo a volta da ciranda inflacionária!

Em razão disso, quero fazer um alerta ao Ministro da Fazenda, no sentido de manter-se atento quanto à possibilidade de repasse dos valores da

CPMF aos consumidores, conforme vêm ameaçando os donos de supermercados.

Mais do que nunca, é preciso manter a estabilidade dos preços para garantir a consolidação plena do "Plano Real".

Não é hora de permitir a farra inflacionária, onde quem ganha são sempre os especuladores, em detrimento do conjunto majoritário da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG)** - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, afinal, diligencia-se através do Senado, com o nosso apoio e o nosso voto, a conclusão das obras de construção da ponte sobre o rio São Francisco, na BR-135, ligando os municípios de Januária e Maria da Cruz.

O Senado acaba de aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos, com o nosso parecer, e agora, no plenário da Casa, o Projeto de Resolução que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste, no valor de até 3,6 milhões de reais, para a conclusão dos trabalhos da ponte.

Trata-se de uma obra que sempre fez parte dos sonhos dos mineiros da região e de Minas e que, finalmente, será concluída dentro de pouco tempo.

Como é a região onde nasci para a vida pública, é natural que nesta hora manifeste da tribuna do Senado a minha alegria e a minha emoção. À terra, ao seu povo e aos seus líderes que me fizeram deputado federal por quatro mandatos sucessivos, Governador de Minas e Senador da República, quero transmitir o toque mais profundo do meu sentimento pela obra, impressionante e bela, que, sem demora, será inaugurada.

Uma palavra de aplauso a todos aqueles, líderes políticos e comunitários, deputados estaduais e federais, Governos de Minas e do País, empresários, técnicos e trabalhadores, que edificaram esse monumento que fará de Januária e da região um centro importante da vida econômica, social e política de Minas e do Brasil.

A obra, cujo custo total está orçado em R\$ 18 milhões, terá um mil e 54 metros de extensão e 12 metros e 40 centímetros de largura, sendo uma das maiores existentes sobre o rio São Francisco.

Integrante do plano rodoviário de Minas Gerais, a ponte fará a ligação das margens do rio São Francisco através da BR-135, até agora feita através de balsas.

Pela ponte passarão, diariamente, cerca de 700 veículos, permitindo de forma mais ágil e segura o acesso de pessoas e produtos do norte mineiro ao sul da Bahia, Golás e Distrito Federal.

A ponte permitirá também o desenvolvimento da potencialidade turística da região, com a exploração de suas praias fluviais, balneários ribeirinhos, sítios arqueológicos, monumentos históricos, festas típicas, artesanato e outras manifestações populares.

Além da atividade turística, a operação da ponte possibilitará a geração de emprego e de renda, decorrentes do desenvolvimento das atividades produtivas da região, minimizando as desigualdades sociais e estimulando o desenvolvimento regional.

Muito obrigado.

**O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há um evento típico de Rondônia, inédito em outras regiões do Brasil, o qual, sempre que se repete, tem despertado todo o meu apoio e minha mais viva admiração.

Refiro-me a essas épicas caravanas, periodicamente, organizadas por empresários rondonienses, com o objetivo de transpor os Andes e forçar a passagem rumo ao Pacífico.

Quando digo transpor os Andes, quero, antes de tudo, ressaltar os obstáculos ciclóticos que esses intrépidos caravaneiros aceitam arrostar para chegar onde pretendem e para demonstrar o que querem. O que eles pretendem, Sr. Presidente, é chegar ao Pacífico, e o que eles querem é demonstrar que só com audácia chegaremos lá.

Quando emprego a expressão "forçar a passagem", não é para insinuar que os caminhos que permitirão o acesso brasileiro para o outro lado do Pacífico, carecem ainda ser desbravados. Pelo contrário, é para enfatizar a afoiteza destes bandeirantes contemporâneos que insistem em abrir os olhos dos brasileiros, para esta realidade: a sonhada rota de interconexão do Brasil com o Pacífico, deixou de ser uma quimera, ou uma utopia, ou um desafio acima da capacidade empreendedora dos brasileiros, ou uma veleidade dos visionários, agendada para as calendas gregas...

Esta questionada via bioceânica, ao contrário do que muitos pensam, já existe; já é trafegada; já tem servido à circulação regular de pessoas, de veículos e de mercadorias; já constitui, inclusive, nova rota de um comércio bilateral incipiente, mas promissor, envolvendo Brasil/Bolívia; Brasil/Chile; Brasil/Peru, e interligando, por enquanto, as Áreas de Livre Comércio de Guajará-Mirim, em Rondônia, ou

de Guayaramerim, na Bolívia, com as Zonas Francas de Iquique e Arica no Chile.

Embora totalmente asfaltada, do lado brasileiro e chileno, e apenas parcialmente, do lado boliviano e peruano, o que falta a essas estradas e sendeiros andinos para que atinjam o nível de uma rodovia bioceânica é a ousadia e a determinação dos respectivos governos em efetuar os investimentos reclamados para a conclusão deste grandioso empreendimento.

Venturosamente, tenho constatado que um dos resultados mais positivos dessas intrépidas caravanas, e dos Encontros de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil/Bolívia/Chile/Peru, que, invariavelmente a elas se sucedem, tem sido precisamente, o êxito no convencimento de governantes, de líderes políticos, de diplomatas, de intelectuais, da imprensa, do empresariado e da opinião pública em geral, que é chegada a hora de imprimir celeridade e concretude a este tão acalentado projeto.

Para os andinos, a rodovia bioceânica representa uma passagem mais curta para este lado do Atlântico e, mais precisamente, uma porta aberta para o mercado brasileiro, sobretudo, para aquele situado nas regiões Norte e Centro-Oeste do País.

Já, para os nossos bandeirantes rondonienses, essa rodovia constitui a passagem encurtada para o Pacífico; o acesso mais rápido e mais econômico não apenas aos mercados dos países andinos, mas, sobretudo, aos ricos e promissores mercados do Sudeste Asiático.

Tantas e tantas vezes, Sr. Presidente, tenho me pronunciado, neste Plenário, sobre o tema da interconexão Atlântico/Pacífico, que ao repisá-lo, mais uma vez, permitir-me-ei, com a devida vênica de V. Ex<sup>as</sup>, citar duas passagens do último discurso que proferi sobre este tema.

Na primeira, assim descrevo o objetivo do empresariado amazônida:

"Essa linhagem de bandeirantes contemporâneos, constituída de empresários, homens públicos e líderes comunitários, notadamente dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Amapá, Roraima e Mato Grosso, mantém os olhos projetados para o Pacífico, obcecada por alguns objetivos tão fascinantes quanto ambiciosos, vale dizer: encurtar os caminhos de escoamento de sua crescente produção; romper barreiras e transpor distâncias que os tem mantido isolados e à margem do desenvolvimento nacional; imprimir vitalidade nova à economia praticada na

região, pelo implante em seu território de um corredor aberto ao trânsito de mercadorias provenientes de um e de outro lado do oceano e franqueado a múltiplos intercâmbios (comercial, científico-cultural, turístico etc.), desde que tal abertura redunde no incremento das relações bilaterais e no acesso mais rápido das populações de uma e de outra banda do hemisfério, aos frutos do progresso contemporâneo. É, pois, o amazônida quem, no Brasil, propugna com maior pertinência a implantação da rodovia bioceânica.

Nem é de estranhar que assim seja, já que nessa rodovia eles vislumbram a tão almejada oportunidade de ruptura com um passado de isolamento, de atraso e de histórica marginalização".

Na segunda passagem, que agora cito, são descritas de forma sucinta os benefícios que resultam da implantação da rodovia:

"Os estudos e levantamentos já efetivados sobre a matéria permitem antever que a conclusão dessa via transoceânica proporcionará, entre muitas outras, as seguintes vantagens:

- uma alternativa promissora de saída para ao Pacífico dos produtos do Centro-Oeste e do Norte do Brasil.

- idêntica alternativa, também, para as Regiões Sul e Sudeste, de vez que ela constituirá importante corredor de escoamento de seus produtos, tanto mais quanto se sabe que a saída para o Pacífico reduzirá, em cerca de quatro mil milhas, a distância percorrida por produtos brasileiros até alguns portos de países asiáticos, notadamente o Japão e os chamados "Tigres Asiáticos". As exportações brasileiras para aquele continente partem, hoje, de Santos ou de outros portos do Sul e Sudeste do País, seguem pelo Canal do Panamá até São Francisco, nos Estados Unidos, para, só, então, cruzar o Pacífico. A redução drástica dessa longa rota representará, segundo fundadas estimativas, uma economia anual, em fretes, de muitos milhões de dólares, (100 dólares por tonelada de carga transportada).

As vantagens acima citadas atingirão, também, grande parte dos países da América do Sul, de vez que a transoceânica virá intensificar o fluxo de mercadorias, de capitais e de pessoas, do Atlântico em direção

ao Pacífico e vice-versa, reforçando o ideal da Integração Panamericana".

Tudo o que expus, até aqui, serve-me ao escopo de registrar e exaltar a promoção de mais uma caravana que acaba de partir rumo ao Pacífico.

Com efeito, minuciosamente planejada, deu partida, dia 7 de setembro próximo passado, como para marcar o cunho cívico que a reveste, mais uma "Expedição Andina", apoiada e patrocinada pela Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER; pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO; pela Federação de Agricultura do Estado de Rondônia – FAERON; pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia – SEBRAE e com a parceria do governo do Estado de Rondônia, em especial da Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – SICT.

Integrada pelos empresários Douglas Pereira de Souza, Robson Guimarães, Marcos Matana e Ivan Machiavelli, ela partiu de Ji-Paraná – Porto Velho – Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; ganhou Guayaramerin, em solo boliviano, até atingir La Paz, de onde alcançou, sucessivamente os Portos de Iquique e Arica, no Chile, e de Ilo e Matarani, no Peru, passando por cerca de 52 cidades e totalizando, ida e volta, um percurso de 6.920 km!

Difícil se torna caracterizar o número de participantes dessa admirável Bandeira, já que, de cada cidade por onde ela passa, segue leva nova de bandeirantes, atraídos e sensibilizados pela idéia de apoiar a rodovia de integração, à qual se poderia aplicar as palavras proféticas de Euclides da Cunha, quando justificou a construção de uma ferrovia ligando o Acre ao Peru:

"A estrada não se destina a satisfazer um tráfego que não existe, senão a criar o que deve existir."

Não ignoro, Sr. Presidente, os resultados múltiplos e abundantes dessas expedições. Conheço de perto, os frutos delas resultantes, sobretudo, dessa aproximação de empresários e homens públicos brasileiros, com governadores, alcaides, diplomatas, jornalistas e homens de negócios de nossos vizinhos dos Andes.

Sei das compras e vendas que então se concretizam; das relações que então se estreitam; das trocas de experiência que, em tais circunstâncias, a todos enriquecem; das barreiras de todos os matizes que então se vão derrubando, e da lúcida conjugação de esforços para que, do lado de cá e do lado

de lá, todos os obstáculos que se antepõem à plena implantação da rodovia bioceânica sejam suplantados.

Na verdade, Sr. Presidente, sob muitos aspectos estes homens estão se antecipando a nossos governos e diplomacias e, por isso mesmo, queimando etapas para que, finalmente se plenifique a integração pan-americana.

Nos condutores e nos integrantes da Expedição Andina, quero mais uma vez, exaltar a estirpe indômita dos homens afeitos ao ofício de criar o que deve existir.

É o que penso, Sr. Presidente,

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15h05min.)*

*DISCURSOS PRONUNCIADOS PELO  
SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA NAS SESSÕES  
EXTRAORDINÁRIAS DE 12/09/96 E QUE,  
ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SE-  
RIAM PUBLICADOS POSTERIORMENTE:*

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** (PSDB – ES. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, realmente, é uma comunicação inadiável, tendo em vista um fato que me levou, ontem, ao Sr. Ministro das Minas e Energia e que me parece da maior gravidade. No mínimo, o que está ocorrendo provoca enorme estranheza.

O meu Estado, o Estado do Espírito Santo, é eminentemente portuário. Tem um complexo portuário formado por sete grandes portos. Esses sete grandes portos são responsáveis por 25% de toda a importação e exportação que existe no Brasil. Em termos de tonelagem, fica em primeiro lugar. É o maior complexo portuário do País em termos de importação e exportação; em segundo lugar, vem São Paulo e, em terceiro lugar, vem o Rio de Janeiro. Esses três Estados – o Espírito Santo é o mais expressivo – representam 80% de toda importação e exportação feita no Brasil; todos os outros Estados representam apenas 20%. O Espírito Santo coloca-se no topo dessa importação e exportação. É uma presença importante na economia portuária do País, sendo um Estado de economia eminentemente portuária.

Hoje, tivemos aqui a oportunidade de discutir a supressão do ICMS sobre as exportações, e o Espírito Santo perde 18% só de saída, que será compensado durante nove anos pelo Governo Federal.

Mas o importante é que esse complexo portuário está merecendo uma atenção surpreendente da Companhia Vale do Rio Doce. O que está fazendo a Companhia Vale do Rio Doce? Esta Companhia, que está na iminência de ser privatizada, provavelmente em fevereiro, resolveu participar das audiências públicas, que precedem às licitações, para ter acesso ao Porto de Barra do Riacho, quer dizer, quer para si o Porto de Riacho pouco antes de sua própria privatização. Por que isso? Qual é o objetivo? A quem isso se destina? Afinal de contas, a CVRD vai ser privatizada, e esse porto, naturalmente, vai cair nas mãos de um megainvestidor que não sei o que fará com essa parcela importante do sistema portuário do Espírito Santo.

Sr. Presidente, queremos o Porto do Riacho privatizado, mas queremos que seja fatiado, que tenha os seus berços bem distribuídos e que essa privatização não represente um processo de exclusividade. Ou seja, quem receber o porto como parcela privatizada não vai usá-lo com exclusividade, e sim no interesse público. Será privado com utilização pública. Assim pensamos, assim desejamos com relação ao caso da Vale do Rio Doce lá no Porto Riacho.

Leveli, também, ontem, ao conhecimento do Ministro das Minas e Energia a questão de um contrato que estaria sendo negociado entre a Vale do Rio Doce e a Petrobrás para o uso de gás de jazidas, recentemente descobertas no Estado do Espírito Santo. Esse contrato poderá esgotar a possibilidade de que outros usuários, industriais, domiciliares, pequenos empreendimentos, etc, venham a ter acesso a essa importantíssima matriz energética do Espírito Santo, que precisa desse gás. Praticamente, todo o gás do Estado e ainda parte do gás da Bacia de Campos ficarão comprometidos com esse projeto da Vale do Rio Doce, projeto esse montado às vésperas da sua privatização, com alarmante celeridade e com o desconhecimento total das autoridades constituídas do Estado do Espírito Santo.

Estou buscando, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esclarecer tudo isso e preciso de respostas. Primeiro, por que a pressa? Segundo, por que o silêncio? Por que razão isso? Terceiro, por que o meu Estado do Espírito Santo não está sendo ouvido nessa privatização? A Vale quer obter para si aquilo que, imediatamente, após a sua privatização passará às mãos de um megainvestidor privado. Por que isso? Qual o objetivo dela, a quem ela quer servir com isso?

Sr. Presidente, eram essas as colocações que faço à Casa, numa breve comunicação, convencido da sensibilidade do Ministro Raimundo Brito, uma das melhores figuras deste Governo, um homem competente, com alto espírito público que mandará apurar o que efetivamente está ocorrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB – ES. Para encaminhar.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a partir da exposição do Relator, Senador José Fogaça – a quem felicito pelo brilho do seu trabalho e intensidade do seu esforço, coisa comum de S. Ex<sup>a</sup> nesta Casa -, esta Casa tomou formalmente conhecimento de que o Presidente da República vetaria a parte que foi objeto de acordo com as Lideranças e com o Senado Federal. A partir da ratificação feita pelo eminente Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, retiramos quase todas as emendas que havíamos apresentado e deixamos apenas uma: aquela que diz respeito à remessa de recursos em dinheiro aos Municípios.

Mas, antes, eu gostaria de levantar uma questão muito importante, Sr. Presidente. É profundamente lamentável que, como Instituição legislativa, estejamos dependendo de relação com o Executivo, que tanto nos merece, para resolvermos um problema dessa natureza. Votarei nessa matéria, porque considero que assim fazendo estarei dando um voto patriótico, de quem tem espírito público e compreende que é preciso reduzir o custo Brasil, que é necessário ampliar a competitividade dos nossos produtos lá fora.

Apesar disso, Sr. Presidente, sinto-me profundamente contristado com a necessidade de uma Casa do nível do Senado colocar a questão nesses termos. O Presidente da República vai vetar alguma coisa que nós já anunciamos o que será. E Sua Excelência vai fazê-lo, seguramente.

Mas o que é profundamente lamentável é que digamos à Casa que estamos votando alguma coisa aqui com a qual não concordamos, e que vai ser, por isso, vetada pelo Presidente da República. Não temos saída? Temos sim, Sr. Presidente. Há saída sim.

Quero louvar a concepção de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente José Sarney, de proposta que deve ser submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de que quando fizermos um destaque – não uma emenda, mas um destaque – e ele for rejeitado pelo Plenário, a matéria remanescente não voltará à Câmara dos Deputados. Essa é uma questão que vai merecer indagações mais profundas, de natureza técnica,

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Parece-me muito claro, em princípio. Destaque não é emenda; destaque diz respeito à natureza processual. Emenda é questão de natureza substantiva; emenda é substantivo, destaque é adjetivo. O destaque é tão adjetivo quanto a votação em globo, por exemplo. É matéria de processo, não é matéria de substância. A emenda é que é matéria de substância.

Portanto, se nós não emendarmos a matéria, se fizermos um destaque e ele for rejeitado pelo Plenário do Senado, não teremos por que mandá-lo de volta à Câmara dos Deputados, porque a Constituição só prevê a hipótese de volta quando houver uma emenda aprovada pelo Plenário do Senado. E, nesse caso, não teria sido emenda. É uma fórmula engenhosa, criativa, da maior importância, e que, seguramente, restaura o papel institucional do Senado no processo legislativo.

Sr. Presidente, temos que cuidar disso com imenso carinho, porque, sem dúvida alguma, não podemos continuar como estamos.

Outra questão é a urgência. É lamentável. Tudo o que ocorreu aqui, hoje, é decorrência do fato de que estamos votando a galope, a toque de caixa. Pedir urgência para uma matéria como essa já é um absurdo, porque ela diz respeito à Federação, razão pela qual todos nós estamos aqui.

Eu não sou, Sr. Presidente, a não ser quando cuido da minha família, quando cuido dos meus interesses pessoais. Eu represento, eu não sou. E representatividade é a relação entre a postura do eleito, o comportamento do eleito e a vontade dos seus eleitores. Esse é o vínculo que marca a representação. E nós, aqui, representamos os nossos Estados – uma questão da maior delicadeza.

Seguramente essa matéria que vamos votar é a mais relevante, no plano tributário, depois da Constituição de 88; seguramente é a questão mais relevante dentre todas as outras que enfrentamos nesta legislatura até agora, porque diz respeito à razão mesma da Federação, essa Federação que, por milagre, tem-se mantido; essa integridade territorial do País que se tem mantido apesar de todas as acutiladas. Há Estados que são verdadeiros países da Europa Ocidental dentro do Brasil, encravados aqui, falando a nossa língua, usando a nossa moeda, ignorando esse outro Brasil que existe!

Um projeto dessa natureza não poderia deixar de sofrer um exame profundo, acurado, por parte desta Casa.

Discute-se a questão da Federação? Sim, porque isso interessa diretamente à Federação. Os Mu-

nicipios, por uma razão qualquer, foram colocados no art. 1º da Constituição como entes federativos. A rigor, a Federação é composta da União, dos Estados e do Distrito Federal. Tanto é verdade que aqui no Senado não tomam assento os representantes dos Municípios. Na verdade, a Federação deveria ter sido definida em termos da União, dos Estados e do Distrito Federal. Mas foram incluídos os Municípios.

E aí surge uma coisa importante, que justifica a única emenda que apresentei. E mesmo que daqui a pouco mais se vote contra ela, eu apelaria ao Senhor Presidente da República que repensasse essa situação.

Sr. Presidente, a minha emenda diz respeito à questão dos Municípios. Em nenhum ponto do projeto se diz que os Municípios recebem em dinheiro. Não há referência, em nenhum ponto do projeto, a receberem os Municípios dinheiro. Eles vão receber – e foi dito várias vezes que receberão em dinheiro – em papéis; vai haver um encontro da dívida dos Municípios com aquilo que eles deveriam receber, e aqueles que não tiverem dívidas com a União Federal, esses, sim, receberão em dinheiro. Por isso, a nossa emenda.

Sr. Presidente, vejo que há Municípios que não vão agüentar o corte no ICMS, porque, cheios de dívidas como estão, não sei como vão ficar. A verdade é que não consta do projeto que os Municípios receberão em espécie. Não. Eles vão receber em dinheiro somente se não tiverem débitos com o Governo Federal. E para eles deveríamos dar um tratamento diferenciado, o que não estamos fazendo.

Sr. Presidente, completo dizendo que vou votar nessa matéria. O Ministro Antônio Kandir nos permitiu, nas conversas que tivemos, ampliar bastante – pelo menos para o meu Estado – a compensação que é devida. Tenho até receio, porque como o Espírito Santo é um Estado de economia portuária, ele vai crescer economicamente, mas não gerará base tributária; já que quanto mais cresce mais exporta, e como as exportações não sofrem a incidência de imposto, não há base tributária para que ele seja ressarcido, depois de um período de 9 ou 10 anos, daquilo que ele vai efetivamente perder. Essa é outra questão. Daqui até lá muito tempo vai fluir e há coisas maiores em jogo.

Por esse motivo, vou votar com o projeto. Retirei as emendas que havia proposto, a partir da informação do eminente Senador José Fogaça e do eminente Líder Elcio Alvares de que o acordo feito com o Presidente da República será de vetar parte do

projeto que for aprovada. Lamento profundamente que tenha sido necessário fazer isso, que não nos eleva, não nos qualifica. Apesar da importância daqueles que dialogaram, isso não faz jus à grandeza e importância do Senado. Espero que isso não venha a se repetir. E que possamos – e aí a questão técnica será profundamente analisada – examinar a proposta do eminente Senador José Sarney à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eram essas as questões, Sr. Presidente, que eu queria apresentar, convencido que estou de que este projeto é da maior importância para o País.

#### **ATA DA 145ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, 11 DE SETEMBRO DE 1996**

(Publicada no DSF, de 12 de setembro de 1996)

#### **RETIFICAÇÕES**

Nos Sumário e Cabeçalho da Ata, às páginas nºs 15748 e 15858,

Onde se lê:

#### **ATA DA 145ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, 11 DE SETEMBRO DE 1996**

Leia-se:

#### **ATA DA 145ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, 11 DE SETEMBRO DE 1996**

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.108, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 12.105/96-1, resolve dispensar o servidor MANUEL VITORINO JORGE DE MENESES LISA, matrícula 2493, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Senadora Júnia Marise, com efeitos financeiros a partir de 13 de agosto de 1996, e lotá-lo na Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio a partir da mesma data.

Senado Federal, 16 de setembro de 1996.

Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.109, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e ten-

do em vista o constante no Processo nº 12.105/96-1, resolve designar o servidor MANUEL VITORINO JORGE DE MENESES LISA, matrícula 2493, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Controle de Tombamento, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com efeitos financeiros a partir de 13 de agosto de 1996.

Senado Federal, 16 de setembro de 1996. – **Paula Canto de Miranda**, Diretora-Geral em exercício.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.110, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 73, de 1994, re-

solve nomear LUIZ DE GONZAGA DOS REIS CARVALHO, LILIA MARIA DE ALCÂNTARA E FRANÇA, HELOISA INÊS MAGALHÃES, CRISTINA THEDIM BRANDT, ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES, PAULO CHAVES DE REZENDE MARTINS e SILVIA PINTO DE LARA REZENDE para o cargo de Consultor Legislativo – Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 42, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelos Atos do Presidente nºs 57 e 214, de 1993, publicados no **Diário Oficial da União**, de 1º de fevereiro de 1993 e de 18 de março de 1993, respectivamente, e pelo Ato do Diretor-Geral nº 336, de 1996, publicado no **Diário Oficial da União**, Seção I, de 28 de março de 1996.

Senado Federal, 17 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

### MESA

#### Presidente

José Sarney - PMDB - AP

#### 1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

#### 2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

#### 1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

#### 2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

#### 3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

#### 4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

#### Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Ney Suassuna - PMDB - PB

Emília Fernandes - PTB - RS

### CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### Corregedor

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

#### Corregedores - Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

### PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

### LIDERANÇA DO GOVERNO

#### Líder

Elio Álvares - PFL - ES

#### Vice-Líderes

José Roberto Amada - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

### LIDERANÇA DO PMDB

#### Líder

Jáder Barbalho

#### Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

### LIDERANÇA DO PFL

#### Líder

Hugo Napoleão

#### Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

### LIDERANÇA DO PSDB

#### Líder

Sérgio Machado

#### Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

### LIDERANÇA DO PPB

#### Líder

Epiácio Cafeteira

#### Vice-Líder

Esperidião Amin

### LIDERANÇA DO PT

#### Líder

José Eduardo Dutra

#### Vice-Líder

Benedita da Silva

### LIDERANÇA DO PTB

#### Líder

Valmir Campelo

#### Vice-Líder

### LIDERANÇA DO PDT

#### Líder

Júlia Marise

#### Vice-Líder

Sebastião Rocha

### LIDERANÇA DO PSB

#### Líder

Ademir Andrade

### LIDERANÇA DO PPS

#### Líder

Roberto Freire

### LIDERANÇA DO PSL

#### Líder

Romeu Tuma

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19.4.95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC  
**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE  
(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	<b>PFL</b>	
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinöbing
4. José Alves		4. José Bianco
	<b>PSDB</b>	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	<b>PPB (ex-PPR + ex-PP)</b>	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	<b>PTB</b>	
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
	<b>PT</b>	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	<b>PDT</b>	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
**Romeu Tuma (Corregedor)**

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA \*1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMD3: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LUCIDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

**Titulares**

PMDB

José Fogaça  
Casildo Maldaner

PFL

Vilson Kleiãubing  
Romero Jucá

PSDB

Lúdio Coelho

PPB

perdição Amis

PTB

Emília Fernandes

**Suplentes**

Marluce Pinto<sup>1</sup>  
Roberto Requião

Joel da Hollanda  
Júlio Campos

Geraldo Melo

Osmar Dias<sup>1</sup>

PP

PT

Benedita da Silva  
Eduardo Suplicy  
Lauro Campos

**DEPUTADOS**

**Titulares**

Luciano Pizzatto  
Paulo Bornhausen

Paulo Ritzel  
Valdir Colatto

Franco Montoro

Fetter Júnior<sup>4</sup>

Dilceu Sperafico

Miguel Rosseto

**Suplentes**

**Bloco Parlamentar PFL/PTB**

Antônio Ueno  
José Carlos Vieira

PMDB

Elias Abrahão  
Rivaldo Macari

PSDB

Yeda Crusius

PPB

João Pizzolatti

PP

Augustinho Freitas

PT

Luiz Mainardi

<sup>1</sup> Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

<sup>2</sup> Filiado ao PSDB em 22-6-95.

<sup>3</sup> Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

<sup>4</sup> Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96



**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**